

DECRETO MUNICIPAL Nº 27/2021

Publicado no J.O.M.

Nº 1134 de 21/07/21

Dispõe sobre a manutenção de medidas restritivas a atividades sociais e econômicas de caráter profilático no enfrentamento a pandemia decorrente do Covid 19.

A PREFEITA MUNICIPAL DE EMAS-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Decreto Estadual nº 41.431, de 15 de julho de 2021, que disciplina sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo coronavírus (COVID-19).

Considerando as recomendações e orientações estabelecidas no Conselho Gestor do Gerenciamento de Ações no enfrentamento da Pandemia do COVID-19 no município de EMAS-PB que sinalizaram que o Executivo tem que permanecer com a fiscalização e a rigidez de medidas para evitar que a população relaxe nas medidas de prevenção;

Considerando os efeitos a partir de **12 de julho de 2021** dos dados da **29ª** Avaliação da Classificação de Bandeiras pelo Governo da Paraíba no Plano do Novo Normal PB, que classificou o município de EMAS-PB na cor AMARELO;

Considerando que apesar de a avaliação supracitada demonstrar que o município saiu de bandeira laranja, para bandeira amarela, é imprescindível a continuidade das medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio do novo coronavírus, a fim de não haver regressão para a cor laranja ou vermelho, sendo, ainda, necessário **a adoção de manutenção da fiscalização e controle de restrições das atividades econômicas e sociais;**

Considerando que já foram detectadas nos casos notificados no Estado, “cepas” do vírus com maior poder de contágio e propagação, o que reforça ainda mais a necessidade de toda a população continuar utilizando máscaras, manter o distanciamento social e higienizar as mãos;

Considerando a permanência dos efeitos do Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

Considerando o Decreto Estadual nº 40.122, de 13 de março de 2020, que decretou Situação de Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto ratifica integralmente as medidas adotadas no Decreto Estadual nº 41.431, de 15 de julho de 2021, passando a exercer o poder de regular situações mais específicas de acordo com a realidade local, em conformidade com o art. 13 do aludido Decreto, de forma que irá regulamentar as

medidas de monitoramento das atividades econômicas, sociais e religiosas no âmbito da zona urbana ou rural do município, desde a vigência deste ato normativo que tem início em **19 de julho de 2021 até o dia 02 de agosto de 2021**.

Art. 2º Permanecem suspensas as atividades em todo o território municipal:

I. Realização de atividades de lazer ou de natureza similar, conhecidas popularmente como “banhos em açudes”, comportas, rios e outros congêneres;

II. Vaquejadas, treinos e atividades congêneres em parques ou áreas semelhantes;

III. Festas de aniversários, batizados, casamentos, eventos de lazer, artísticos, esportivos ou atos de natureza similar que acarretem aglomerações em áreas públicas no território do município;

IV. Aulas presenciais na rede pública municipal de ensino, sendo assegurado o ensino remoto;

§ 1º A proibição a que se referem os incisos I e III deste dispositivo em via pública e que ficam vedadas quaisquer atos em ruas, praças, equipamentos públicos ou qualquer logradouro, ainda que o evento tenha sido iniciado ou esteja ocorrendo em parte do ambiente privado, quer de uma residência ou atividade comercial.

§ 2º As atividades de reforço escolar, bem como escolas e instituições privadas do ensino infantil poderão funcionar em sistema híbrido ou por meio remoto, conforme a escolha dos pais e responsáveis, nos termos do Decreto Estadual nº 41.010/ 2021.

§ 3º As escolas e instituições privadas dos ensinos infantil e fundamental poderão realizar atividades presenciais para os alunos com transtorno do espectro autista – TEA e pessoas com deficiência, respeitadas as regras sanitárias e de distanciamento.

Art. 3º A proibição para a permissão no ingresso e permanência no município de ambulantes ou microempreendedores individuais, formalizados ou não, para fins de realizar comércio de ambulante de confecções, calçados, acessórios de informática ou outros de qualquer natureza;

Art. 4º Não se incluem na suspensão prevista neste Decreto:

I. Os estabelecimentos e unidades de saúde, públicos ou privados, tais como médicos, odontológicos, farmacêuticos, psicológicos, postos avançados ou laboratórios de análises clínicas e as clínicas de fisioterapia e de vacinação, farmácias, ações de natureza veterinária, bem como outras atividades similares, respeitadas as regras sanitárias;

II. Construção civil, sendo que no período compreendido entre 19 de julho de 2021 a 02 de agosto de 2021 a construção civil somente poderá funcionar das 06:30 horas até 16:30 horas, sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor.

III. Postos de combustíveis, pousadas e similares, respeitadas todas as regras sanitárias e de distanciamento;

IV. Supermercados, padarias, frigoríficos, mercadinhos e revendedoras de gás e água, sendo respeitadas as regras sanitárias e de distanciamento, com ocupação dentro do estabelecimento de até 50%, além da distribuição gratuita de álcool 70% (gel ou líquido) para os clientes;

V. Feiras livres para comercialização de alimentos, produtos higiênicos e similares, **serão permitidas apenas na quarta-feira**, desde que respeitados os protocolos sanitários, e devendo possibilitar o maior distanciamento entre as bancas e a ampliação dos corredores de circulação de pessoas, uso de máscaras, disponibilizar álcool 70% (gel ou líquido) e outros itens das normas de Vigilância Sanitária para o período;

VI. Lotéricas e postos avançados bancários instalados em pontos comerciais, devendo respeitar as regras de distanciamento, filas com no mínimo 1,5m de distância entre os usuários do serviço, respeitado o limite de 50% de permanência de pessoas dentro do estabelecimento;

VII. Atividade econômica de prestação de serviço no segmento salões de beleza, barbearias e demais estabelecimentos de serviços pessoais, atendendo exclusivamente por agendamento prévio e sem aglomeração de pessoas nas suas dependências, e no máximo 4 (quatro) clientes em seu interior, e observando todas as normas de distanciamento social e demais regras estabelecidas neste Decreto;

VIII. Estabelecimentos tais como: bares, lanchonetes, restaurantes, lojas de conveniência, dentre outros similares poderão funcionar, desde que respeitado o número máximo de 4 pessoas por mesa, sendo a distância entre mesas, de no mínimo 2 (dois) metros quadrados, com atendimento nas suas dependências das 06:00 horas até 22:00 horas, com ocupação de 50% da capacidade do local, ficando vedada, antes e depois desse horário, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento;

IX. Cemitérios e serviços funerários;

X. Serviços de manutenção, reposição, assistência técnica, monitoramento e inspeção de equipamentos, incluindo de refrigeração e climatização;

XI. Serviços de segurança privada;

XII. Empresas de saneamento, energia elétrica e internet;

XIII. Assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

XIV. Atividades de imprensa e os meios de comunicação e telecomunicação em geral;

XV. Atividade de transporte alternativo de Emas para outras cidades, desde que com capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento), sendo que devem proceder medidas de higienização contínua e diária, obrigatoriedade do uso de máscaras aos passageiros, disponibilização de álcool 70% (gel ou líquido);

XVI. Atividades de academias de ginástica de natureza privada ou academia de saúde de caráter público com ocupação máxima de 50%, respeitadas as regras sanitárias e de distanciamento, além das demais regras previstas neste Decreto;

XVII. Atividades desportivas de qualquer natureza ou modalidade oficial ou amadora, inclusive escolinhas de futebol e demais esportes com ocupação máxima de 50%, respeitadas as regras sanitárias e de distanciamento, além das demais regras previstas neste Decreto;

XVIII. A realização de missas, cultos religiosos, reuniões, encontros, na forma presencial, com ocupação máxima de 50%, respeitadas as regras sanitárias e de distanciamento, além das demais regras previstas neste Decreto;

XIX. Outras atividades definidas em Portaria pela Secretaria de Saúde

Parágrafo único. Fica proibida a instalação de mesas e cadeiras no exterior do estabelecimento como nas calçadas e ruas para fins das atividades previstas no inciso VIII.

Art. 5º Os estabelecimentos privados, bem como toda e qualquer unidade de saúde ou órgão público com atendimento presencial de público que estão autorizados a funcionar, respeitando o limite de capacidade do ambiente em até 50% (cinquenta por cento).

Art. 6º Nas atividades previstas no inciso IV, do art. 4º, de funcionamento ao público o ingresso e a permanência de usuários, clientes, funcionários, responsáveis, expositores, vendedores e toda e qualquer pessoa física nos estabelecimentos somente será admitido desde que observe o **uso obrigatório de máscaras**, inclusive as caseiras de acordo com os padrões recomendados pelo Ministério da Saúde, em conformidade com o disposto no art. 10 do Decreto Estadual nº 41.431, de 15 de julho de 2021.

Art. 7º O funcionamento dos estabelecimentos deve ser realizado com restrição ao número de clientes simultâneos, devendo evitar a lotação, incluídos funcionários e clientes, respeitado o distanciamento interpessoal mínimo de dois metros quadrados (2m²), sem prejuízo da observância das demais restrições previstas neste Decreto;

Art. 8. No caso das lotéricas e pontos de atendimento bancários ou similares deve ser organizado o atendimento do público de modo a evitar aglomerações ou filas, e, no caso destas ocorrerem, zelar pelo distanciamento entre as pessoas de no mínimo um metro e meio (1,5m), devendo ser oferecido atendimento especial aos idosos e às pessoas com deficiência.

Art. 9. Aos responsáveis legais dos estabelecimentos privados recai a responsabilidade de não permitir o ingresso de pessoas sem máscara ou sua permanência, caso tenha retirada a mesma após adentrar no estabelecimento, bem como o dever de ofertar álcool 70% (gel ou líquido) aos usuários de forma gratuita, bem como disponibilizar meios de sanitização do ambiente de forma periódica.

Art. 10. Fica determinada a **proibição de locomoção de cidadãos nos ambientes públicos do Município, no período compreendido entre as 22h00 às 05h00** pelo período previsto no art. 1º.

§ 1º Excetuam-se da proibição disposta no caput do presente artigo, as pessoas ou profissionais que estejam em atividades regulares relacionadas a:

I. Quaisquer das atividades relacionadas a saúde humana ou veterinária;

II. Farmácias e laboratórios;

III. Serviços funerários e relacionados a atividade;

IV. Serviço de segurança pública e privada;

V. Serviços de transporte remunerado de passageiros;

VI. Serviços públicos das áreas de fiscalização municipal, estadual ou federal, quando em pleno exercício da função;

VII. Atividades inerentes a circulação de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população;

VIII. Comercialização de medicamentos e/ou gêneros alimentícios mediante sistema delivery.

§ 2º Será permitida excepcionalmente a circulação de pessoas no horário constante no caput do presente artigo:

I. Para fins de acesso aos serviços essenciais e/ou sua prestação, comprovando-se a necessidade e urgência, preferencialmente, de maneira individual, sem acompanhante;

II. Quando em trânsito decorrente de retorno e/ou partida de viagens

Art. 11. Para fins de fiscalização das exigências sanitárias deste e de outros decretos em vigência fica a Secretaria de Saúde autorizada para realização das seguintes atividades:

I. Proceder com retorno de campanhas de conscientização com a população e todas as pessoas envolvidas em atividades econômicas, sociais e religiosas em atividade no município, com intuito educativo como estratégia de maior adesão as novas regras de distanciamento social;

II. Notificações necessárias ao efetivo cumprimento do presente decreto;

III. Formalização de autos de infrações;

IV. Executar ordens de interdição dos estabelecimentos comerciais que descumprirem as normas sanitárias estabelecidas neste decreto, podendo, inclusive, utilizar a força, no exercício do poder de polícia administrativa;

V. Solicitar o auxílio da força da Polícia Militar do Estado da Paraíba, quando necessário ao cumprimento de suas atribuições;

Art. 12. Caso seja identificada alguma resistência por parte dos cidadãos ou responsáveis por estabelecimentos em cumprir as regras de isolamento e coloquem em risco a saúde pública, os servidores da Secretaria de Saúde responsáveis pela fiscalização deste Decreto deverão comunicar, imediatamente, a Polícia Militar, bem como, para que providenciem a devida representação criminal, nos termos do nos termos do art. 267 e art. 268, ambos do Código Penal¹ brasileiro;

¹ CÓDIGO PENAL – Art. 267 - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos:

Pena - reclusão, de dez a quinze anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

§ 1º - Se do fato **resulta morte**, a **pena é aplicada em dobro**. Infração de medida sanitária preventiva;

Art. 268 - Infringir **determinação do poder público**, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa. Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

Art.13. As restrições das atividades são para evitar a propagação de novos casos no município, cuja fiscalização poderá ser exercida a partir de ações sanitárias, sem prejuízo de outras ações fiscalizatórias em todo o território municipal.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Saúde procederá com o monitoramento das medidas já adotadas no tocante aos efeitos da suspensão gradual das restrições de serviços e atividades em conformidade com as orientações estaduais podendo evoluir para o retorno de novas restrições ou a ampliação de aberturas de novas atividades de acordo com as variáveis estabelecidas na cor das bandeiras que é divulgada a nível estadual, em consequência da observância de critérios técnicos.

Art. 15. O descumprimento das normas estabelecidas neste ato normativo ou no Decreto Estadual em vigência sujeitará o estabelecimento à aplicação de multa e poderá implicar no fechamento em caso de reincidência.

Parágrafo único – Os recursos oriundos das multas aplicadas em razão do disposto no caput serão destinados às medidas de combate ao novo Coronavírus (COVID-19).

Art.16. Os estabelecimentos autorizados a funcionar, nos termos deste Decreto, deverão zelar pela obediência a todas as medidas sanitárias estabelecidas para o funcionamento seguro da respectiva atividade.

§ 1º Constatada qualquer infração ao disposto no “caput”, deste artigo, será o estabelecimento notificado e multado e poderá ser interditado por até 07 (sete) dias em caso de reincidência.

§ 2º Em caso de nova reincidência, será ampliado para 14 (quatorze) dias o prazo de interdição do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, na forma deste artigo.

§ 3º O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 4º A Vigilância Sanitária Municipal, sem prejuízo de outros órgãos responsáveis pela fiscalização prevista em legislação municipal ou estadual, poderá aplicar as penalidades tratadas nesse artigo.

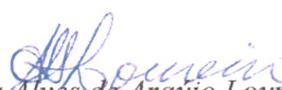
Art. 17. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Art. 18. A regulamentação e demais disposições necessárias ao fiel cumprimento deste decreto serão disciplinadas em Portaria da Secretaria de Saúde.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita de Emas-PB, aos 19 de julho de 2021.



Ana Alves de Araújo Loureiro
Prefeita Constitucional